



O monitoramento do espaço escolar: a utilização de câmeras de vigilância nas aulas de geografia

School monitoring: the use of video surveillance in the geography classes

Fernando Camillo Santos Cano¹

⁽¹⁾ Mestrando acadêmico em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro-SP. E-mail: fernandocamillo007@hotmail.com. Todo o conteúdo expresso neste artigo é de inteira responsabilidade dos seus autores.

Recebido em: 20 de novembro de 2019; Aceito em: 05 de janeiro de 2020; publicado em 10 de 01 de 2020. Copyright© Autor, 2020.

RESUMO: A sociedade contemporânea a partir do meio técnico-científico-informacional difundiu novas tecnologias garantindo o maior acesso a informação e ao conhecimento. O conhecimento garantiu a evolução e desenvolvimento das relações socioeconômicas, que ao mesmo tempo, impôs formas de vigilância e controle sobre a sociedade. As câmeras de segurança e/ou vigilância se encontram, cada vez mais, presentes no cotidiano das pessoas, principalmente, motivadas pela cultura do medo e insegurança, onde ser monitorado se faz necessário para assegurar a reprodução humana em meio ao aprofundamento das desigualdades sócio-espaciais. Tendo como recorte espacial e de inserção uma rede particular de ensino do município de Rio Claro-SP objetiva-se no presente artigo estabelecer o relato e caracterização da utilização de câmeras de vigilância durante o processo de ensino-aprendizagem nas aulas de Geografia. A partir de uma abordagem qualitativa e dialética, utilizando-se da observação, descrição, compreensão e significado dos conhecimentos e analisar como a presença das câmeras de vídeo de monitoramento atrapalham os processos de desenvolvimento, interação e aprendizagem dos alunos do Ensino Fundamental II. Assim sendo, a presente pesquisa foi realizada *inlocus* em 2017, durante a disciplina de Estágio Supervisionado IV do Programa de Graduação do Instituto Bociências da UNESP, Rio Claro-SP, Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Vigilância por câmeras, Vigilância em escolas, Ensino de Geografia.

ABSTRACT: Contemporary society from the technical-scientific informational milieu has spread new technologies ensuring greater access to information and knowledge. The knowledge ensured the evolution and development of socioeconomic relations which at the same time imposed forms of surveillance and control over society. Security and surveillance cameras are increasingly present in people's daily lives, mainly, motivated by the culture of fear and insecurity, where being monitored is necessary to ensure human reproduction in the midst of deepening socio-spatial inequalities. Having as spatial clipping and insertion a private teaching network of the municipality of Rio Claro-SP objective is in this article to establish the reporting and characterization of the use of surveillance cameras during the teaching-learning process in geography classes. As from a qualitative and dialectical approach, using observation, description, understanding and meaning of knowledge analyze how the presence of video monitoring cameras hinder development, interaction and learning processes of middle school students. Therefore, the present study was conducted in locus in 2017, during the discipline of Supervised Internship IV of the Undergraduate Program of the Biosciences Institute of UNESP, Rio Claro-SP, Brazil.

KEYWORDS: Video surveillance, Surveillance in schools, Geography teaching.

INTRODUÇÃO

O meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1997) estabelece o progresso da divisão do trabalho com significativas transformações nos sistemas produtivos e na reprodução do cotidiano das sociedades. As novas formas de produção e de transmissão de informação tornaram-se, cada vez mais, instrumentos de controle social apoderando-se da técnica para monitorar as ações.

A vigilância é o exemplo dessa afirmação, pelo qual, atualmente, identifica-se e monitoram-se as ações cotidianas num determinado espaço através de câmeras e sistemas de consulta. A tecnologia obtida pelo monitoramento em tempo real através de câmeras permite qualquer trabalho possa vir a ser controlado, desde as ações que um indivíduo executa, como também, suas relações e diálogos com outras pessoas. Na lógica global imposta pela mundialização do capital, as formas adquiridas nos sistemas produtivos reproduzem modelos gerencialistas, voltados à comercialização de suas mercadorias.

Segundo Lipman e Haines (2010, p.489) “as formas de gestão e organização escolar estão assumindo modelos gerencialistas pelo qual vendem o ensino como mercadoria, este, passível de ser controlado por um grupo no mercado”. Desse modo, a mercadoria, objetiva-se a acumulação de capital, podendo-se assim, pelo cenário atual, estabelecer um paralelo com a educação.

As práticas escolares estão tornando-se objetos da busca pela reprodução do capital, onde se alteram as relações tanto na ordem estrutural e dos direitos dos docentes, como no rigor da relação com seus discentes. Conforme Altbach (2002) há valores do bem comum, com dimensão nacional, que devem ser protegidos e preservados em um ambiente educacional globalizado que não necessita da vigilância e o abuso do controle.

A vigilância por câmeras, objeto do presente artigo, é um mecanismo ou uma tecnologia de coerção permanente, que ao se internalizar no ensino, impõe aos alunos, disciplina. A presente pesquisa objetivou-se compreender a utilização de câmeras de segurança em sala de aula, principalmente, refletir o uso dessa tecnologia nas aulas de Geografia. Portanto, urge destacar a utilização da vigilância em sala de aula, principalmente, compreender o uso dessa tecnologia durante a interação entre os alunos e as diferentes formas de ensino-aprendizagem.

REFERENCIAL TEORICO

Atualmente, muitos professores buscam a todo o momento um meio para estabelecer a manutenção da ordem na sala de aula. Dessa forma, os professores se esquecem de compreender os processos sociais que intermediam a vida dos alunos e ainda, se queixam das dificuldades do desenvolvimento do processo pedagógico. O resultado do qual se obteve a interferência de agentes externos na sala de aula com a instalação de câmeras de vigilância. Portanto, o controle dos professores e, principalmente dos alunos seria assegurado por esse “olhar invisível” que registra todas as ações e os punem, quando julgar pertinente.

Segundo Lopes e Gomes (2012, p.263) a solução encontra-se na “abertura ao diálogo, em que a aceitação do outro e das regras não sejam uma imposição, mas o resultado de debate aberto, visando ao respeito às diferenças e à organização do espaço”. O debate se faz necessário, haja vista que as escolas comprometidas com propostas democráticas rejeitam o papel tradicional de produtoras de sujeitos disciplinados e ordeiros, entretanto, também não estão assumindo a construção de sujeitos autônomos e autodisciplinados (XAVIER, 2006). Segundo Zuin (2013) a busca pela internalização da disciplina por parte dos alunos, por meio das punições de ordem física ou psicológica, se fundamentou no desejo do professor de que a vigilância externa possibilitasse a produção de corpos e mentes dóceis. A escola cada vez mais, torna-se o espaço do moldar corpos e mentes com objetivo de formar trabalhadores com pouca luz à criticidade, reflexão e força de debate. Assim sendo, pode-se observar a relação imposta na educação da rede particular de ensino tratando alunos como clientes que devem alcançar rapidamente o mercado de trabalho.

A busca incessante pela internalização da disciplina por parte dos educandos, por meio das punições de ordem física ou psicológica, se fundamentou no desejo do educador de que a vigilância externa, ao ser devidamente internalizada, possibilitasse a produção e reprodução de corpos e mentes dóceis. (ZUIN, 2013, p. 215)

De acordo com Foucault (2013, p. 133) a “docilidade”, cuja função era transformá-lo em uma máquina funcional, é a função de levar a disciplina para os corpos e mentes na escola. Assim, disciplinar é, em muitos casos, um exercício organizado de forma sutil, que não faz uso de armas nem do terror, muito menos inibir com o uso de tecnologias de monitoramento. Os métodos que permitem o controle minucioso das

operações do corpo, que realizam a sujeição constante das forças, podendo ser manifestado na tirada da naturalidade dos alunos em suas ações em sala de aula.

A noção de “docilidade” e a sua aplicação ao corpo, cuja função era transformá-lo em uma máquina funcional e capaz de ser aperfeiçoada quando necessário, nascia então uma relação de “docilidade-utilidade”, tendo a Escola à função de levar a disciplina para os corpos e mentes (FOUCAULT, 2013, p. 133-134).

As formas de controle na sociedade são disseminadas de maneiras sutis, impondo moralidade. A tecnologia do monitoramento, dentre suas facetas caracterizadas no presente artigo, está sendo utilizadas como fiscais e repressoras do comportamento. Desse modo, urge destacar um relato acerca da utilização de câmeras de vigilância para o monitoramento escolar.

Um professor de um tradicional colégio católico de Campinas relatou certo fato que causou polêmica na instituição: dois alunos foram flagrados pelas câmeras em atos libidinosos nas dependências do colégio. Em consequência dos rumores, esse fato chegou aos ouvidos dos funcionários, professores, pais e alunos, causando um grande constrangimento para o casal de adolescentes. Para poupá-los do *bullying* e das humilhações, os pais dos envolvidos resolveram transferi-los da escola. Em vez de trazer segurança, as câmeras geraram uma situação de violência para aqueles jovens. (MELGAÇO, 2012, p. 204).

Ao monitorar os alunos, a escola inibe quanto à naturalidade das suas ações, dentre as quais, minimizam sua criatividade. Segundo Warnick (2007) a vigilância permanente inibe a criação de uma autodisciplina e de um senso de responsabilidade, e ainda, extingue todos os envolvidos naquele ambiente, a autonomia do processo.

A escola é pensada para dar conta de analisar os alunos visando desarticulá-lo de seus anseios particulares e recompor seus corpos e mentes, moldando assim seus desejos e comportamentos. A impassibilidade tão marcante da turma é, a nosso ver, também fruto de uma Escola que não o enxerga como um cidadão crítico e atuante que não desenvolve com ele mecanismos para transformar sua própria realidade. (AMARAL, 2015, p.5)

O poder na sociedade é tão sofisticado e imperceptível, por estar tão disseminado que, embora o exercício do poder esteja muito mais eficiente, aos ouvidos dos dominados podem chegar apenas os discursos justificando uma falsa liberdade ou até mesmo por um inconsciente bem-estar. Assim como, são produzidos discursos que nos governam, adestram e nos disciplinam, direcionando as nossas escolhas e nos dificultando de expressar a realidade.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa consistiu numa abordagem qualitativa e dialética, utilizando-se da observação, descrição, compreensão e significado dos conhecimentos adquiridos a partir das análises dos processos de desenvolvimento e aprendizagem de alunos do Ensino Fundamental II.

Dessa forma, objetivou-se compartilhar as experiências vivenciadas em sala de aula no ano de 2017, durante o 7º bimestre do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP/ Rio Claro. Considerando a infinidade de experiências na Educação Fundamental II, optou-se escolher uma escola da rede particular de ensino por apresentar o sistema de monitoramento e vigilância de câmeras dentro da sala de aula.

Sendo assim, instigou a reflexão à cerca da utilização desse recurso e ainda, as consequências para o ensino-aprendizagem desses alunos. A escola anteposta fica localizada no município de Rio Claro no estado de São Paulo, onde a pesquisa foi aplicada entre os dias 25 de setembro de 2017 ao dia 23 de novembro de 2017 no período matutino, com carga horária de 03 horas semanais, totalizando 30 horas de observação, em uma classe de 7º ano composta por 26 alunos com idade média de 12 anos.

Após a observação houve a elaboração de um plano de ação que viabilizou a realização de dinâmicas para melhor compreender a função da câmera em sala de aula. Aliado ao plano de ação, para o desenvolvimento do presente estudo, buscou-se conceitos que permitam uma melhor abordagem sobre fatores de desenvolvimento e aprendizagem, dos quais a vigilância dificultaria a criatividade e a espontaneidade dos alunos.

Desse modo, compreende-se que a busca está em realizar uma melhor reflexão da realidade, segundo Aragão e Silva (2012) ato de observar pode desencadear muitos outros processos mentais indispensáveis à interpretação do objeto analisado, principalmente buscar uma análise profunda dos fenômenos observados. Assim sendo, a presente pesquisa, também se fundamentou numa vasta revisão bibliográfica de especialistas em vigilância em sala de aula.

A observação realizada analisou o comportamento e a interatividade dos alunos a cerca do incômodo das câmeras localizadas ao fundo da sala de aula. Durante o processo, foram informados à direção da escola os dados obtidos, relacionados à instituição, professor e alunos, no que se refere aos nomes e endereços, seriam mantidos em sigilo.

Esta atividade foi proposta tomando como trabalho de conclusão da disciplina de Estágio Supervisionado sob a orientação da Profa. Dra. Maria Bernadete Sarti da Silva Carvalho¹.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente artigo foi motivado pela presença de câmeras de vigilância dentro da sala de aula durante as aulas de Geografia. A novidade, que não é uma exclusividade de uma rede particular de ensino da cidade de Rio Claro-SP, surpreendeu-me pela ação que transformava a realidade das ações entre a docente e seus discentes. A perda da naturalidade era refletida na atitude dos alunos, que deixavam de relacionar-se entre si no processo de construção do ensino-aprendizagem e evidenciavam a “obrigatoriedade” de manifestarem sua participação.

Durante o período de observação buscou-se compreender dentre todos que participavam da escola, suas considerações sobre possuir câmeras de vigilância nas salas de aula. Para aqueles alunos que se manifestaram favoráveis às câmeras de vigilância alegavam que os resultados foram benéficos, contribuindo para o processo de aprendizagem.

A reflexão desses alunos destaca-se o ambiente de coerção que eles se encontram inseridos, onde as atitudes dos estudantes são reprimidas por uma ferramenta tecnológica localizada ao fundo da sala. A falsa sensação de segurança foi difundida pela escola que manifestavam sua preocupação com atitudes dos alunos e a relação que se estabelecia professores e alunos. Portanto, o aparato tecnológico representava instrumento de repressão.

De acordo com o artigo 7º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), as escolas possuem total autonomia para permitir ou não as instalações de câmeras de monitoramento dentro das salas de aula. Desse modo, cabe à escola permitir seu uso e ainda, estabelecer em contrato a autorização dos pais para monitorar seus filhos, docentes dessa instituição de ensino.

Para os docentes da escola e a maioria dos alunos dessa rede particular de ensino de Rio Claro, entende-se que a vigilância eletrônica introduz novas tecnologias, que, em grande medida, interferem no direito à privacidade. Assim sendo, resultam no

¹ Profa. Dra. em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP/Rio Claro. Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rua 6, 809, Rio Claro, SP, Brasil.CEP.13500 – 050. E-mail: bernadet@rc.unesp.br

controle social feito pelos agentes externos da instituição e ainda, pode exaltar desconfiança no processo de ensino-aprendizagem do docente.

Cabe destacar que o sistema de vigilância inibia a participação dos alunos em discussões de temas controversos. Dessa forma, as câmeras de vigilâncias inibiam árduas argumentações e debates, principalmente de proposições transversais, que contribuem para o processo de ensino-aprendizagem. De modo geral, as câmeras diminuiriam a autonomia dos alunos e professores durante as aulas de Geografia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Urge destacar o diálogo como alternativa de aproximação. A escola é o espaço de confluência das ações, onde a construção do conhecimento é realizada pela dialética das ideias a partir de um eixo norteador realizado pelo professor. A manifestação do comportamento dos alunos revela o período de desenvolvimento pelo qual ultrapassam na formação de suas ideias e na modificação que perpassa em seu corpo.

As relações sociais interpretadas são de fundamental importância, fazendo-se necessário deixar construir no coletivo o aprendizado, sem coibir a prática por uma tecnologia. Por isso, não se deve considerar da mesma forma a instalação de um sistema de vigilância em uma escola e o monitoramento feito em outros locais como um *shopping center*, um aeroporto, um banco ou uma via pública.

Se a disciplina e a segurança dos alunos são necessárias, também é igualmente fundamental a garantia de que a escola seja um espaço de confiança e aberto a mediação, principalmente, construída pelo diálogo com seus alunos. Ao discutirmos a função social da educação e da escola, estamos entendendo a educação enquanto prática social que se dá nas relações sociais entre os indivíduos, nas diversas instituições e movimentos sociais.

A escola, só se justifica e se legitima diante da sociedade, ao cumprir a sua função social de formadora de sujeitos históricos e críticos. Portanto, a escola é o espaço de sociabilidade que possibilita a construção e a socialização do conhecimento produzido, para assim, conduzir os conteúdos e os processos de ensino-aprendizado.

REFERÊNCIAS

1. ALTBACH, P.G. Knowledge and education as international commodities: the collapse of the common good. *Current Issues in Catholic Higher Education*, Washington, DC, n. 22, p. 55-60, 2002.
2. AMARAL, P. L. A produção de “corpos dóceis”: reflexões e apontamentos sobre seu uso na prática docente. *Anais do I Seminário de Ciências Sociais e Educação Básica: O Sentido das Ciências Sociais na Educação Básica*. 2015, p. 5.
3. ARAGÃO, R.F.; SILVA, N.M. A Observação como Prática Pedagógica no Ensino de Geografia. Fortaleza: *Geosaberes*, 2012.
4. FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhe. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/viewFile/40334/31974>> Acesso no dia 16 de dezembro de 2018.
5. LIPMAN, P.; HAINES, N. *From accountability to privatization and African American exclusion: Chicago's "Renaissance 2010"*. Disponível em: Educational Policy, Thousand Oaks, v. 21, n. 3, p. 471-502, 2010. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151797022015000300743> Acesso no dia 16 de dezembro de 2018.
6. LOPES, R.B.; GOMES, C.A. Paz na sala de aula é uma condição para o sucesso escolar: que revela a literatura?. *Ensaio: aval.pol públ.Educ.*, Rio de Janeiro , v. 20, n. 75, p. 261-282, 2012.
7. MELGAÇO, L. Estudantes sob controle: a racionalização do espaço escolar através do uso de câmeras de vigilância. *O social em questão- Ano XV- n° 27*, 2012.
8. SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. Hucitec, São Paulo, Brasil, 1997.
9. WARNICK, B. Surveillance cameras in schools: an ethical analysis. *Harvard Educational Review*, 77 (3), p. 313-343, 2007.
10. XAVIER, M. L. Os incluídos na escola: a negação do processo de disciplinamento. In: _____ (Org.). *Disciplina na escola: enfrentamentos e reflexões*. 2 ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2006, p. 145-157.
11. ZUIN, A.A.S. A sociedade do espetáculo e a reconfiguração da autoridade pedagógica. *Educar em Revista*, 2013, p. 50.